



## **CONTROLES INTERNOS COMO FERRAMENTA DE DETECÇÃO E PREVENÇÃO DE FRAUDES EM UMA EMPRESA DE VILHENA/RO**

**Juszley Vargas da Silva**  
Universidade Federal de Rondônia – UNIR  
jusyvargas@hotmail.com

**Wellington Silva Porto**  
Universidade Federal de Rondônia – UNIR  
wspporto2009@gmail.com

**Adelmo Pedro de Oliveira Junior**  
Universidade Federal de Rondônia – UNIR  
adelmopedrojunior@bol.com

**José Arilson de Souza**  
Universidade Federal de Rondônia – UNIR  
professorarilson@hotmail.com

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo geral, avaliar os controles internos utilizados pela Alfa, uma empresa comercial, tributada pelo Lucro Real, que atua na cidade de Vilhena/RO desde 1997, e que nos últimos cinco anos sofreu diferentes tipos de ações fraudulentas de funcionários. A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso que procura apresentar as principais falhas caracterizadas como fraudes ocorridas no período de 2007 a 2014. O nome da empresa, aqui chamada ficticiamente de Alfa, seu ramo de atuação e os nomes dos fraudadores foram preservados no anonimato por solicitação da empresa. O caso possibilitou entender a necessidade de implantação de um adequado sistema de controle interno capaz de inibir inúmeros erros e fraudes na organização. O estudo descritivo com abordagem qualitativa foi realizado, utilizando-se a pesquisa documental. Os dados foram levantados através de conferência dos relatórios emitidos do sistema operacional utilizado pela empresa com cópias de documentos e conversas informais com os gestores. Foram apresentados também dois casos de fraude comprovados enquanto a pesquisa estava sendo realizada.

**Palavras-chave:** Controle interno. Fraudes. Controle de prevenção. Controle de detecção.

### **INTRODUÇÃO**

Até julho de 2014 havia mais de dezessete milhões de empresas ativas no Brasil, e em Rondônia mais de cento e vinte e nove mil, segundo o Empresômetro (2014). Todas essas empresas têm suas atividades desempenhadas por pessoas que estão vulneráveis a cometerem erros com ou sem intenção de lesar o patrimônio empresarial. No caso de fraudadores, estes se

aproveitam de brechas no sistema de controle interno para executar irregularidades dentro das organizações.

A preocupação dos gestores se volta em criar controles que possam prevenir e detectar erros e ações fraudulentas dentro de suas empresas. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo geral, avaliar os controles internos utilizados pela Alfa, e com isso responder à seguinte questão: **Os controles internos adotados pela Alfa conseguem revelar de imediato, erros e fraudes?**

Para atingir o objetivo geral, foram traçados como objetivos específicos, identificar os princípios de controle interno; levantar o sistema de controle interno adotado pela organização pesquisada; apontar as fragilidades do sistema de controle interno adotado; avaliar propostas de melhoria e/ou mudança no sistema de controle interno da organização em estudo.

A Alfa possui um sistema operacional que oferece inúmeras ferramentas de controles por meios de relatórios de conferência, de acessos por senhas, bloqueios, etc., porém, até junho de 2014 não existia uma política de avaliação dos controles internos criados pelos gestores, o que após a pesquisa realizada chegou-se a conclusão de que foi a causa das últimas constatações de fraudes ocorridas nesta empresa.

O trabalho torna-se relevante à medida que ele passa a alertar os gestores, não só os da Alfa, mas sim, a todos os gestores que se preocupam com a proteção de seu patrimônio para a importância de se ter controles internos eficientes dentro de suas organizações como forma de prevenção e até mesmo de detecção de fraudes e uma auditoria interna periódica destes controles, fazendo avaliações se estão sendo utilizados e se podem ser melhorados e até mesmo criando novos controles.

O artigo está organizado em mais 4 seções, além da Introdução: na seção 1 constam o referencial teórico. Na seção 2 são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a pesquisa. A seção 3 apresenta o resultado da pesquisa com alguns exemplos de fraudes ocorridas na empresa pesquisada e a avaliação feita dos controles internos que permitiram estas ocorrerem. Na última seção (4) constam as considerações finais e pesquisas futuras.

## **1 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **1.1 Fundamentos e Princípios de Controle Interno**

Entende-se por Controle Interno “o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com o objetivo de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”. (ALMEIDA, 2012, p. 57).

Segundo Migliavacca (2004) além de todos os métodos e procedimentos adotados dentro de uma empresa para salvaguardar seus ativos, o Controle Interno define-se também como uma forma de planejamento organizacional que procura melhorar a eficiência operacional e estimular o cumprimento das políticas administrativas da organização.

Os controles internos se dividem em duas vertentes: os controles contábeis e administrativos.

Os controles contábeis compreendem o plano de organizações e todos os métodos e procedimentos utilizados para salvaguardar o patrimônio e a propriedade dos itens que o compõe. Compreendidos por:

- **Segregações de funções:** cria independência entre as funções de execução operacional, custódia dos bens patrimoniais e sua contabilização;
- **Sistema de autorização:** controla as operações através de métodos de aprovações, de acordo com as responsabilidades e riscos envolvidos;
- **Sistema de registro:** compreende a classificação dos dados dentro de uma estrutura formal de contas, existência de um Plano de Contas que facilita o registro e preparação das demonstrações contábeis, e a utilização de um manual descritivo para o uso das contas.

Os controles administrativos compreendem o plano de organizações e todos os métodos e procedimentos utilizados para proporcionar eficiência às operações, dar ênfase à política de negócios da empresa, bem como a seus registros financeiros.

Compreendidos por:

- normas salutaras, que observam práticas saudáveis aos interesses da empresa no cumprimento dos deveres e funções;
- pessoal qualificado, que esteja apto a desenvolver suas atividades bem instituído e supervisionado por seus responsáveis. (CREPALDI 2013, p. 275)

O controle interno torna-se importante nas atividades das organizações porque contribui, para a *salvaguarda dos seus ativos*, ou seja, através dos controles internos determinados pela direção, a empresa procura proteger seus ativos de eventuais roubos, perdas, uso indiscriminado ou danos morais; o *desenvolvimento de seu negócio* que através da estrutura de um sistema de controle interno visa atender às necessidades de gestão da administração prevendo a identificação imediata dos fatores internos e externos e a análise e avaliação de como esses fatores podem afetar as operações, lucratividade, ativos e passivos e o futuro da empresa; o *resultado de suas operações, adicionando valor à entidade*, se o controle interno fornecer à administração, em tempo hábil, informações que possibilitem o aproveitamento de todas as oportunidades de bons negócios, redução de custo e aumento do nível de confiança dos clientes e funcionários da empresa os resultados podem ser positivos e crescentes. (MIGLIAVACCA, 2004, p. 20-21).

Existem duas classes de controles: *Controles de Prevenção* são aqueles destinados a impedir erros ou anormalidades durante o processamento como exemplos podemos citar: ter na equipe pessoas íntegras, competentes, treinadas e de confiança; b) segregação de funções com objetivo de prevenir as oportunidades de desvios; c) um sistema adequado de autorizações para prevenir o mau uso de recursos da empresa. d) controles físicos sobre os ativos da empresa a fim de impedir o seu mau uso ou sua malversação. Controles preventivos são mais eficientes e menos caros do que os *Controles de Detecção* que são aqueles controles destinados a detectar erros e anormalidades que ocorreram durante o processamento de dados, por exemplo: a) reconciliações bancárias e contábeis; b) contagem de caixa; c) revisão mensal dos relatórios financeiros e sua comparação com os valores do orçamento, etc. (MIGLIAVACCA 2004, p. 50-51).

Além de permitir detectar não somente irregularidades de atos intencionais, a eficiência do sistema de controle interno em sua totalidade deve detectar também erros de atos não intencionais, exemplos: a) os decorrentes de uma norma ou procedimento mau aplicado; b) de omissão por não aplicar um procedimento prescrito nas normas em vigor; e c) de interpretação como, por exemplo, a aplicação errônea dos Princípios Fundamentais de Contabilidade na contabilização das operações. (CREPALDI, 2013).

Um funcionário só poderá praticar um desfalque se tiver acesso aos ativos da empresa, podendo ser desfalques temporários que ocorrem quando o mesmo apossa-se de um bem da empresa e não altera os registros da contabilidade (transferindo o ativo roubado para despesas) ou permanente que ocorre quando é desviado um bem da empresa e modificado os registros contábeis, de forma que os ativos existentes concordem com os valores registrados na contabilidade, para que isso possa ser realizado é necessário que o funcionário tenha acesso aos registros contábeis além do acesso aos ativos.

Em se tratando da visão atual dos gestores em relação aos riscos diários de perdas de valores consideráveis no patrimônio por meio de fraudes, Crepaldi (2013, p.271-272) afirma que:

Diversas irregularidades nos setores financeiros, administrativo e de compras das organizações passam, na maioria das vezes, despercebidas pelos próprios empresários. Preocupados com a evasão de divisas, eles armam-se contra o

problema e mostram-se cada vez mais, interessados em aprender novas técnicas e procedimentos básicos para evitar situações de fraudes, subornos e desfalques. Além da adoção de rígidos controles internos, o papel da auditoria vem ganhando crescente importância e contribui para eficácia dos resultados finais em qualquer companhia.

Sobre fraudes ele apresenta que resultados de pesquisas realizadas nas empresas apontam que esse é um problema comum e crescente a todas elas, decorrentes do enfraquecimento dos valores éticos, morais, sociais e, principalmente, da ineficácia dos sistemas de controles internos.

O CFC (2009b) comenta que a fraude, seja na forma de informações contábeis fraudulentas ou de apropriação indevida de ativos, envolve o incentivo ou a pressão para que ela seja cometida, por exemplo:

a) os indivíduos podem ter um incentivo para se apropriarem de ativos porque, por exemplo, estão vivendo além de suas possibilidades.

b) pode haver uma oportunidade percebida de perpetrar uma fraude quando um indivíduo acredita que o controle interno pode ser burlado, por exemplo, porque ele ocupa um cargo de confiança ou tem conhecimento de deficiências específicas no controle interno.

c) os indivíduos podem ser capazes de racionalizar e perpetrar um ato fraudulento. Algumas pessoas têm uma postura, caráter ou valores éticos que os levam a perpetrar um ato desonesto de forma consciente e intencional. Entretanto, mesmo indivíduos normalmente honestos podem perpetrar uma fraude em ambiente em que sejam suficientemente pressionados.

Os fatores que contribuem para a ocorrência das fraudes nas instituições são: *Integridade moral*, que por sua vez não há controle interno que resista; *Pressões circunstanciais* tratam-se da pressão das necessidades materiais se houver além desta a fraqueza de caráter, abrirá espaço para a inveja, a cobiça, a conseqüente tentação e, finalmente, a capacitação do indivíduo em efetuar a ação criminosa; *Oportunidade*, é aí que entram os controles internos evitando a existência de condições propícias que trazem a tentação ao indivíduo de caráter fraco e sob pressões a cometer o ato lesivo. (MIGLIAVACCA, 2004, p. 24-25).

Mesmo quando a empresa possui um excelente sistema de controle interno, ela está sujeita a limitações, como citado por Santos, Schmidt e Gomes (2006) os seguintes exemplos: a) conluio de funcionários, ou seja, uma aliança feita com o objetivo de apropriar-se de bens da empresa; b) não estruturar adequadamente os funcionários com relação às normas internas; c) negligência por meio dos funcionários na execução de suas tarefas diárias. Devido a estes pontos o auditor deve executar procedimentos mínimos de auditoria.

Crepaldi (2013, p. 268) destaca que se faz necessário diferenciar o termo Controle Interno do termo Auditoria Interna, pois não têm o mesmo significado. No caso da Auditoria Interna, trata-se de um trabalho organizado de revisão e apreciação de trabalho, normalmente executado por um departamento especializado.

“A auditoria interna tem o conceito de que controle interno seja a adoção e o emprego, nas várias atividades da empresa, de todos e quaisquer meios visando a promover, dirigir, restringir, governar e verificar as transações, com o intuito de atingir os seus objetivos”. (MIGLIAVACCA 2004, p.17).

Almeida (2012, p. 64) destaca que “não adianta a empresa implantar um excelente sistema de controle interno sem que alguém verifique periodicamente se os funcionários estão cumprindo o que foi determinado do sistema, ou se o sistema não deveria ser adaptado às novas circunstâncias”.

## **1.2 Avaliação do Sistema de Controles Internos**

“As normas de auditoria referentes ao trabalho no campo, estabelecem que o auditor deve avaliar o sistema de controle interno”. (SANTOS, SCHMIDT e GOMES, 2006). Para avaliar o controle interno, apresentam quatro passos que o auditor deve executar:

- a) levantar o sistema de controle interno;
- b) verificar se o sistema levantado é o que esta sendo seguido na prática;
- c) avaliar a possibilidade de o sistema revelar de imediatos erros e irregularidades e
- d) determinar o tipo, data e volume dos procedimentos de auditoria.

Para avaliar o sistema de controle interno, Almeida (2012, p. 67-68) destaca as seguintes medidas:

- a) Determinar os tipos de erros ou irregularidades que poderiam acontecer;
- b) Verificar se o sistema atual de controles detectaria de imediato esses erros ou irregularidades;
- c) Analisar as fraquezas ou falta de controle, que possibilitam a existência de erros ou irregularidades, a fim de determinar natureza, data e extensão dos procedimentos de auditoria;
- d) Emitir relatório-comentário dando sugestões para o aprimoramento do sistema de controle interno da empresa.

### **1.2.1 Levantamento do Sistema de Controle Interno**

São listadas por Crepaldi (2013, p. 286) e Almeida (2012, p. 67) as seguintes formas de se obter informações sobre o sistema de controle interno de uma empresa:

- a) Leitura dos manuais internos de organização e procedimentos;
- b) Conversa com funcionários da empresa;
- c) Inspeção física desde o início da operação (compra, venda, pagamentos, etc.) até o registro no razão geral.

Gramling, Rittenberg e Johnstone (2012) tratam esta etapa como, um passo para entender os controles internos do cliente e citam alguns passos mais detalhados para concluí-la:

- a) Conhecer os componentes do controle interno;
- b) Determinar a qualidade do ambiente de controle e dos controles de monitoramento;
- c) Identificar procedimentos contábeis significativos associados a itens de demonstrações financeiras ou divulgações relevantes.

### **1.2.2 Testes de Observância do Sistema de Controle Interno**

Segundo Almeida (2012, p. 67) os testes de observância consistem em certificar-se de que o sistema de controle interno levantado é o que realmente esta sendo utilizado. É a terceira etapa do processo de revisão e avaliação do sistema de controle interno. Acontece com frequência quando uma empresa tem um excelente sistema de controle interno descrito em seu manual, entretanto, na prática a situação é totalmente diferente.

Através da observação feita pelo auditor da execução dos trabalhos pelos funcionários e da inspeção de documentos e registros contábeis cumpre-se esse procedimento e após é feito uma avaliação do sistema que efetivamente esta sendo praticado no controle dos ativos da empresa e na produção de dados contábeis confiáveis.

O CFC (2009c), em seu art. 29 diz que os testes de controle são definidos para avaliar a eficácia operacional dos controles na prevenção, detecção e correção de distorções

relevantes no nível da afirmação. A definição de testes de controles para obtenção de evidência de auditoria inclui a identificação de condições (características ou atributos) que indiquem a realização de controle, e condições de desvio que indiquem desvios da execução apropriada. A presença ou ausência dessas condições pode então ser testada pelo auditor

Crepaldi (2013, p. 290) apresenta este tópico como *Testes de cumprimento de normas internas* que tem o mesmo objetivo, para ele este teste realiza-se em duas etapas:

- a) Determinar os objetivos dos testes, ou seja, confirmar se os controles funcionaram durante todo o período submetido e exame;
- b) Definir o conjunto de transações homogêneas submetidas ao sistema de controle e registro que se testa. Por exemplo, se estiver realizando um teste de desembolso poder-se-ia definir o universo como “todos os desembolso feitos, exceto salários”.

### **1.2.3 Procedimentos de Avaliação de Risco**

Cabe ao auditor indagar sobre a avaliação dos riscos de fraudes e dos controles implantados para prevenir a existência de fraudes, além da prevenção ele deve considerar os casos em que a fraude ocorre de forma que se possa detectá-la em tempo hábil através destes controles. Além da análise do processo, o auditor deve indagar de forma direta os administradores sobre o conhecimento ou suspeita de fraude que afetem as demonstrações financeiras de forma relevante.

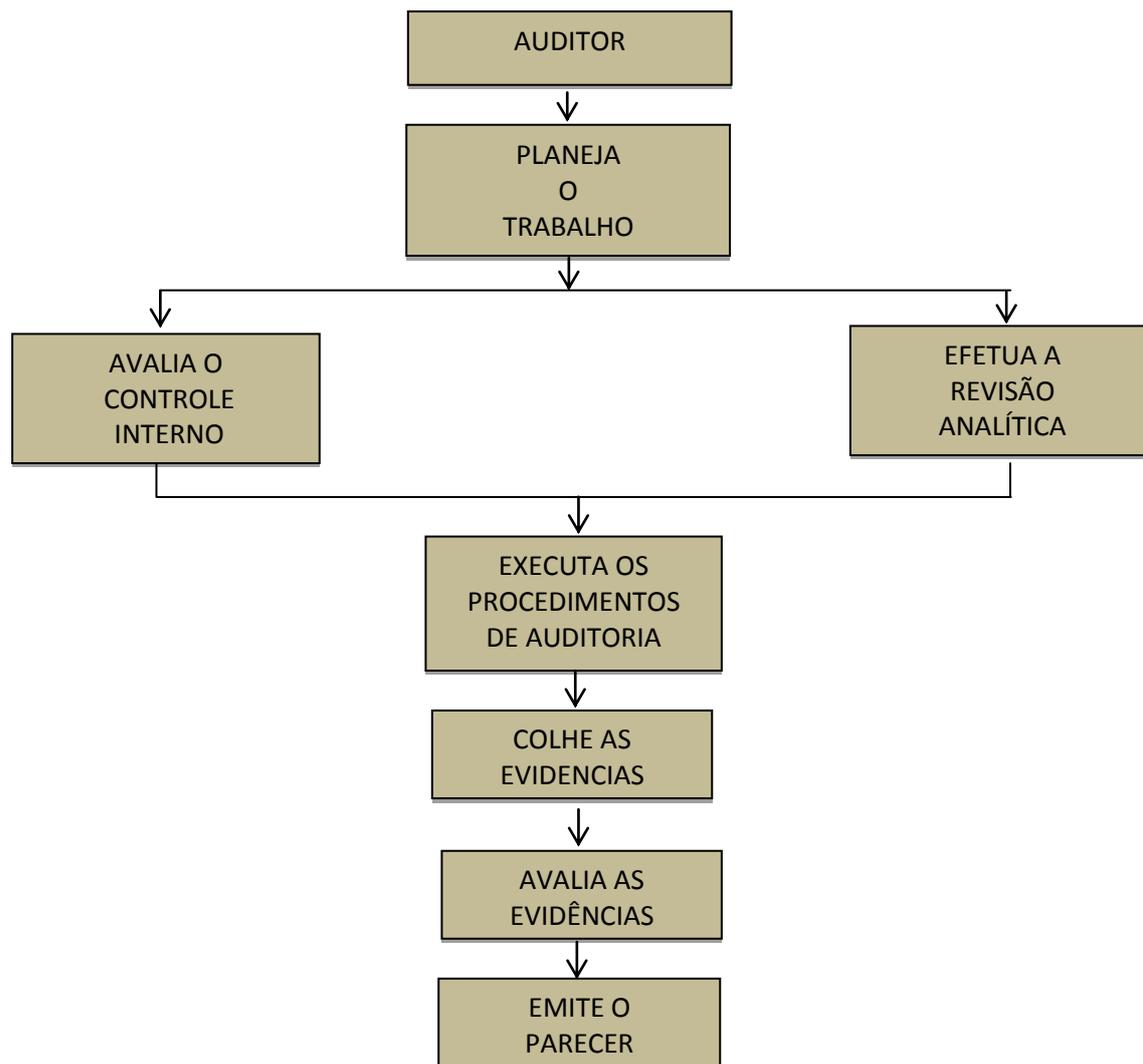
Como exemplos de fatores de risco de fraude relacionados aos dois tipos de fraudes que interessam o auditor estão: informação contábil fraudulenta e apropriação indevida de ativos. Esses exemplos estão classificados com base nas três condições que geralmente estão presentes nos casos de fraude; incentivo ou pressão para perpetuar fraude; oportunidade percebida para cometer fraude; e capacidade de raciocinar a ação fraudulenta de forma a torna-la palatável. (LONGO, 2011). Este parágrafo reforça as palavras de Migliavacca (2004) citado neste artigo.

O CFC (2009a) afirma o seguinte:

As NBC TAs exigem que o auditor exerça o julgamento profissional e mantenha o ceticismo profissional ao longo de todo o planejamento e na execução da auditoria e, entre outras coisas: identifique e avalie os riscos de distorção relevante, independentemente se causados por fraude ou erro, com base no entendimento da entidade e de seu ambiente, inclusive o controle interno da entidade; obtenha evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir se existem distorções relevantes por meio do planejamento e aplicação de respostas (procedimentos de auditoria) apropriadas aos riscos avaliados; Forme uma opinião a respeito das demonstrações contábeis com base em conclusões obtidas das evidências de auditoria obtidas.

### **1.2.4 Determinação dos Procedimentos de Auditoria**

Para atingir seu objetivo, o auditor necessita de uma sequência de passos de auditoria que fazem parte do planejamento de seu trabalho. Almeida (2006) apresenta em forma de quadro estes passos:



**Figura 1 – Fluxograma do processo de auditoria contábil**

Fonte: Almeida (2012).

Existem alguns procedimentos de auditoria que o auditor utiliza para colher as evidências sobre as informações das demonstrações financeiras que representam um conjunto de técnicas. Almeida (2006) cita os principais procedimentos:

- a) Contagem física, que consiste em identificar fisicamente o bem declarado nas demonstrações financeiras, exemplo: dinheiro em caixa; estoques; bens do ativo imobilizado; comprovantes de pagamentos e recebimentos.
- b) Confirmação com terceiros utilizado para confirmar bens de propriedade da empresa em poder de terceiros, direitos a receber e obrigações, exemplos: dinheiro em conta corrente bancária; contas a receber de clientes; contas a pagar a fornecedores;
- c) Inspeção de documentos internos que são os produzidos pela própria empresa e externos que são fornecidos por terceiros à empresa, normalmente comprovando algum tipo de transação. A auditoria examina esses documentos com o objetivo de constatar a veracidade dos valores registrados através de: relatórios de despesas; boletim de caixa; requisição de compra, estes como exemplos de documentos internos e notas fiscais, faturas e duplicatas de fornecedores; contratos; certificados de propriedade de veículos.

Após seguir os passos para entender os controles internos do cliente e seguidos os passos para identificar os controles a serem testados em seguida o auditor deve elaborar um plano para testar controles e executar esse plano e por fim examinar os resultados dos testes.

O foco do auditor deve ser em descobrir se os controles do cliente lidam adequadamente com o risco de informação incorreta causada por fraude.

O uso apenas de perguntas aos funcionários não é suficiente para apoiar uma conclusão sobre a eficácia operacional de um controle. O auditor deve considerar uma série de fatores, incluindo a probabilidade de que uma falha de controle resulte em uma informação material incorreta nas contas, a importância da informação para um usuário externo e a amplitude de uma falha de controle, ao julgar se uma deficiência de controle é uma deficiência material, ou seja, há uma possibilidade razoável de que a ausência de controles efetivos permita a ocorrência de informações incorretas ou significativa, esta é suficiente para se levar à administração, mas a deficiência não chega a ser material. (GRAMLING, RITTENBERG E JOHNSTONE, 2012)

Segundo o CFC (2009d) o auditor possui como objetivo obter evidência de auditoria relevante e confiável ao usar procedimentos analíticos que são avaliações de informações contábeis por meio de análise das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros e procedimentos substantivos que podem ser testes de detalhes.

## **2 MÉTODO**

O método de raciocínio adotado para a presente proposta de pesquisa é o indutivo, que “parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares”, uma vez que, “as conclusões obtidas por meio da indução correspondem a uma verdade não contida nas premissas consideradas”. (GIL, 2010, p. 11).

O método de procedimento será o estudo de caso, caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, no caso, a empresa Alfa. (YIN, 2001).

A pesquisa terá o caráter predominantemente exploratório, uma vez que o seu objetivo é proporcionar visão geral aproximada acerca de determinado fato. (GIL, 2010).

A abordagem do tratamento dos fatos observados será de caráter qualitativo em relação aos relatórios gerenciais utilizados pelos gestores da empresa.

Como técnica de pesquisa será adotado o levantamento documental, tendo em vista que serão avaliados documentos da empresa a ser pesquisada, e que estes correspondem a um levantamento dos controles internos utilizados. A utilização dessa técnica para coleta de dados foi feita no primeiro semestre de 2014.

O tratamento dos dados coletados compreende o uso de figuras no formato *print screen* das telas do *software* utilizado pela organização pesquisada, contendo a apresentação das situações constatadas como inconsistências relacionadas às fraudes.

Uma vez relacionadas, as respectivas ilustrações apresentam a análise das falhas de controle interno que originaram a situação de fraude, possibilitando assim inferir conclusões quanto ao atingimento dos objetivos propostos na pesquisa. Será utilizado o processo descritivo para especificar as concepções em cada análise.

## **3 RESULTADOS OBTIDOS**

A pesquisa foi realizada na empresa comercial aqui denominada Alfa, esta enquadrada no regime de tributação pelo Lucro Real, e atua na cidade de Vilhena/RO desde 1997 e nos últimos cinco anos sofreu com diferentes tipos de ações fraudulentas de funcionários. A

pesquisa se caracteriza como um estudo de caso que procura apresentar as principais falhas caracterizadas como fraudes ocorridas no período de 2007 a 2014.

Através das leituras dos manuais internos de organização e procedimentos de cada cargo do setor financeiro da empresa pesquisada se observou que a Alfa possui padrões de controles internos como, por exemplo: conferência diária do relatório de movimentação de caixa; conciliação de contas bancárias; conferência trimestral dos relatórios financeiros comparando com os documentos físicos. Foram realizadas inspeções físicas desde o início da operação (compras, vendas, pagamentos, recebimentos, etc.) até o lançamento no diário e arquivamento dos comprovantes. Além de conversas com os funcionários da empresa.

Com as observações durante a pesquisa, foi constatado que o sistema de controle interno estabelecido pelos gestores da Alfa além de que não estava sendo seguido corretamente não produzia dados contábeis confiáveis devido à existência de falhas nos próprios padrões e em seu seguimento/cumprimento o que geram uma série de possíveis erros e irregularidades.

Foi feito um confronto dos ativos, que neste caso sucedeu na conferência dos comprovantes de pagamentos dos três primeiros meses de 2014 com os registros lançados no sistema. E com isso percebeu-se que os relatórios contábeis não estavam com seus resultados corretos devido haver diferença entre os lançamentos e comprovantes.

Os gestores não estavam observando o item que compõem os controles contábeis, que é a segregação de funções, com isso a pessoa que manuseava as informações que servem de base para os registros contábeis tinha a permissão de modifica-las.

Esta brecha no sistema de controle interno levou a um dos casos comprovados de fraude onde a funcionária que exercia o cargo de gerente administrativa desempenhava também a função de gerente financeira e possuía a senha de acesso total, onde podia fazer alterações/exclusões dos lançamentos feitos pela auxiliar, além de ter a posse da chave do cofre da empresa.

Seguem nas **Figuras 2 e 3** dois casos retirados da ATA redigida para o Ministério do Trabalho para justificar a demissão por justa causa em 2014 desta funcionária, omitindo apenas os nomes como combinado com os gestores da empresa pesquisada.

No caso 1 a funcionária apoderou-se de um ativo da empresa (dinheiro de caixa). Como resultado, o ativo continua registrado no razão geral; no entanto, o comprovante do valor total não existe fisicamente na empresa. Esse desfalque só foi descoberto pelo confronto feito dos comprovantes existentes fisicamente com os registros contábeis.

No caso 2 a funcionária fez um crédito na conta caixa, simulando uma saída para pagamento de imposto que de fato não existiu e ficou de posse do valor total. Esse desfalque só foi descoberto também, através do confronto feito dos comprovantes existentes fisicamente com os registros contábeis.

### CASO 1 – DIFERENÇA DE R\$ 600,00 – (Seiscentos Reais)

Data: 12/03/2014 Frete [REDACTED] TRANSPORTES LTDA. Valor: **R\$ 13.135,00** conforme cópias de frete em anexo E DACTES 67970 – R\$ 4.375,00  
67973 – R\$ 2.100,00  
71433 – R\$ 4.500,00  
71467 – R\$ 2.160,00 } **R\$13.135,00**

Cheque nº **000830** – Valor conforme cópia em anexo: **R\$ 13.135,00**; Comprovante de depósito em anexo no valor de **R\$ 13.135,00** [REDACTED] Relatório de Movimento Financeiro 12/03/2014 em anexo onde: Transferência do Cheque 000830 do [REDACTED] para Caixa 86 em dinheiro esta registrado no valor de **R\$ 13.135,00**, conforme imagem abaixo:

Data	Ct Dev	Ct Cred	Espécie	Nr Doc	Histórico	Valor	Funcionário
12/03/2014	85	86	00001	001884	Abertura de Caixa	200,00	
12/03/2014	86	1432	00001	002350	PAGTD [REDACTED] CH 000830	13.135,00	[REDACTED]
12/03/2014	86	85	00001	002349	TRANS	1.400,00	
12/03/2014	85	86	00001	002347	TRANSF. MOEDAS	2,45	

Porém tem um lançamento de Saída no valor de **R\$ 13.735,00** no mesmo dia conforme imagem abaixo:

Data	Lcto	Ct Dev	Ct Cred	Espécie	Nr Doc	Histórico	Valor	Funcionário
12/03/2014	0013	1507	86	00001	123110	[REDACTED] F 6365	410,00	
12/03/2014	0016	1526	86	00001	123113	[REDACTED] 8511	210,00	
12/03/2014	0012	1441	86	00001	123109	BANQUE F/FUNIONARIOS CF 237200	10,40	
12/03/2014	0015	1468	86	00001	123112	[REDACTED] A COM. ELTRETICA NF 14533	41,85	
12/03/2014	0026	1487	1432	00001	123115	[REDACTED] DE TITULOS	20,00	
12/03/2014	0028	110	86	00001	123111	RODOMAX (FRETE YARA FERTILIZANTES)	13.735,00	
12/03/2014	0027	1452	1432	00001	123122	TARIFA PRE-DEPOSITO	10,51	

O caixa financeiro fechou corretamente neste dia, ou seja, deveria ter sobrado o valor de **R\$ 600,00**, porém, não houve esta diferença.

**Figura 2 – Inconsistência relacionada a alteração de pagamento no sistema.**

Fonte: Dados da pesquisa.

### CASO 2 – DIFERENÇA DE R\$ 4.485,55

Existe uma saída do caixa financeiro no valor de **R\$ 4.485,55** no dia 07/02/2014 para pagamento de DARE 1212, segue imagem abaixo:

Data	Lcto	Ct Dev	Ct Cred	Espécie	Nr Doc	Histórico	Valor	Funcionário
07/02/2014	0024	1883	86	00001	122867	CARREG. KANIÇO	50,0	
07/02/2014	0044	49	86	00001	122683	DARE ICMS - 1212	4.485,55	
07/02/2014	0025	1883	86	00001	122868	[REDACTED] MERCADORIA KANIÇO	70,0	
07/02/2014	0022	1441	86	00001	122865	[REDACTED] F/FUNIONARIOS CF 367138	8,9	
07/02/2014	0023	1481	86	00001	122866	[REDACTED] RIATIVA CF 027114	5,0	
07/02/2014	0034	1487	1432	00001	122870	[REDACTED] D DE TITULOS	10,0	

Porém não tem registro na SEFIN deste imposto pago, segue em anexo o relatório dos impostos pagos de 01/01/2014 a 30/03/2014 e o caixa financeiro fechou corretamente neste dia, ou seja, deveria ter sobrado o valor de **R\$ 4.485,55**, porém, não houve esta diferença.

**Figura 3 – Inconsistência relacionada a um lançamento de saída inexistente.**

Fonte: Dados da pesquisa.

Além destes casos foram comprovadas outras alterações no mesmo seguimento das relatadas.

Enquanto a pesquisa estava sendo realizada, foram feitos alguns testes para comprovar se os controles internos estavam sendo seguidos bem como para saber se estes eram os mais indicados para se detectar ou prevenir um erro ou até mesmo uma fraude.

Entre eles, foi simulado algumas transferências de valores em Reais, como mostra a figura 4, do caixa chamado *caixa balcão* (é o caixa dos recebimentos diários, ou seja, o caixa de recebimentos) para o *caixa financeiro* (é o cofre da loja, ou seja caixa de pagamentos). Estes testes eram para ver como era tratada uma diferença de caixa, pois, com essas transferências o *caixa balcão* teria que apresentar uma sobra de caixa a qual faltaria no *caixa financeiro*.

De todas as transferências simuladas, todas faltaram o valor transferido no *caixa financeiro*, porém, em nenhuma delas houve sobra no *caixa balcão*. O que se pode confirmar que estavam havendo retiradas indevidas destes valores, para que este caixa ficasse zerado, ou seja, correto.

Data	Ct Dev	Ct Cred	Espécie	Nr Doc	Histórico	Valor	Funcionário
30/06/2014	85	86 00001	002604	TRANSF. MOEDAS		7,85	
04/07/2014	85	86 00001	002624	TRANSF. MOEDAS		11,40	
14/07/2014	85	86 00001	002654	TRANSF. MOEDAS		14,60	
07/07/2014	86	85 00001	002631	TESTE		15,00	
23/06/2014	85	86 00001	002588	TRANSF. MOEDAS		15,45	
12/07/2014	85	86 00001	002649	TRANSF. DNH		17,50	
12/07/2014	85	86 00001	002650	TRANSF. MOEDAS		20,00	
27/06/2014	85	86 00001	002601	TRANSF. DNH		26,00	
						348.449,27	

**Figura 4 – Teste usando transferência entre caixas.**

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Outro caso comprovado de fraude foi em 2007 por uma funcionária responsável pela parte de cobrança da empresa. Ela passava ao cobrador a requisição assinada do cliente para receber, porém, não fazia a baixa no sistema quando o cobrador repassava o valor recebido. O valor recebido não sobrava no caixa como deveria, pois havia entrada de dinheiro sem origem no sistema.

Ao vir na loja o cliente era cobrado novamente por ela, esta por sua vez simulava procurar a venda e dizia não estar encontrando e solicitava que o cliente pagasse e ela lhe faria um Recibo ficando comprometida de procurar a requisição assinada e rasgá-la. Só repassava para a caixa o valor referente outros recebimentos, ela fazia essa retirada somente de um cliente por cobrança. A caixa não conferia o relatório do cobrador. Apenas dava baixa no sistema das requisições repassadas pela infratora.

Esta situação só foi descoberta quando começaram aparecer clientes com as requisições pagas cobradas duas vezes. Foi procurado lançamentos de sobra de caixa e não foram encontrados e no protocolo do cobrador estava assinado por ela como recebido os valores dos clientes, conforme pode ser visto nas figuras 5 e 6.

Endereço: [REDACTED] Fone/Fax: [REDACTED]  
 CBC/CPF: [REDACTED] Ped.: 000000339 Doc.: RGV - 000324  
 Emissão: 03/12/2007  
 Cidade: VILHENA - RO Bairro: SAO JOSE CEP: 78.995.000

CODIGO	DESCRICAO	UND	QUANTIDADE	Pr.UN.BRUTO	DESC.UN.ITEM	PR.TOTAL LIQ.
00509	[REDACTED]	UND	1,0	8,32	0,02	8,30
00636	[REDACTED]	KG	2,0	16,54	0,04	33,00
00871	[REDACTED]	UND	1,0	6,01	0,01	6,00

TOTAL DESCONTO ITENS .....: 0,11  
 TOTAL DOS ITENS LIQUIDO : 47,30  
 DESCONTO DESTACADO : 0,00  
 OUTRAS DESPESAS : 0,00  
 VALOR TOTAL LIQUIDO : 47,30

Vencimento/Valor: 02/01/2008 - R\$ 47,30;  
 Forma de Pgto: 30 DD  
 OBS.:  
 Vendedor: [REDACTED] 54,00

9846432

**Figura 5 – Requisição de venda assinada pelo cliente.**

Fonte: Dados da pesquisa.

Nº: [REDACTED] **RECIBO** Valor R\$ 47,00#

Recebi (emos) de [REDACTED]  
 Endereço: [REDACTED]  
 A importância de Quarente e sete Reais  
 Referente RAV. 000324

Para maior clareza firmo \_\_\_\_\_ o presente.  
Vilhena, 20 de dezembro de 2007

Emitente: [REDACTED] CPF/RG: \_\_\_\_\_  
 Assinatura: [REDACTED]

tilibra

**Figura 6 – Recibo comprovando pagamento.**

Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda nesta empresa aconteceu um caso em 2010 utilizando cheques para cometer a fraude. Uma funcionária contratada para auxiliar a gerente financeira percebeu que os gestores não tinham controle do que era pago a diaristas que prestavam serviços para a

empresa. Nas férias da gerente, que controlava tudo pelo sistema operacional, resolveu agir em conluio com um destes diaristas. Começou a simular pagamentos em dias diferentes junto com outros pagamentos reais, emitindo recibos falsos assinados pelo diarista e fazia os cheques passando para os gestores assinar. Ela registrava como pago no sistema apenas um dois cheques feitos o qual estava lançado no contas a pagar referente contrato de prestação de serviço. Este caso só foi descoberto quando a gerente retornou de férias e foi fazer a conciliação bancária, percebendo que havia cheques em valores duplicados e quitação do pagamento lançado apenas de um deles no sistema.

Além destas brechas no sistema de controle interno da Alfa, foram detectadas outras formas possíveis de erros e até mesmo fraudes através da pesquisa e foi colocado aos gestores sugestões para que estes e outros erros não venham a acontecer novamente.

Utilizando o **Quadro 1** foram apontadas as atividades do setor financeiro, quem estava sendo responsável por ela, as consequências que poderiam ocorrer e sugestão de quem deveria desempenhar cada atividade.

### Quadro 1 – Segregação de Funções.

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE	CONSEQUÊNCIA	QUEM DEVERIA FAZER
1-Posse da chave do cofre	Gerente Financeira	Por ter acesso total de exclusão e alteração de lançamentos no sistema, poderá fazer retirada do cofre alterando algum lançamento já efetuado.	A auxiliar Administrativa, já que ela efetua os pagamentos.
2-Cadastrar contas a pagar	Auxiliar Administrativa	Por ser ela que efetua os pagamentos, poderá lançar um pagamento que não existe, para justificar uma retirada indevida.	A Gerente Financeira, junto com a tarefa de só lançar documentos devidamente conferidos e confirmado sua procedência.
3-Cancelar uma Requisição de Venda à Vista ou à Prazo já recebido no dia.	Auxiliar Administrativa	Por ter a posse da chave por todo o tempo de trabalho isso poderá além de gerar um erro de estoque, fazer uma retirada indevida do valor da venda.	A Gerente Financeira, junto com a autorização do Vendedor responsável pela venda informando o motivo do cancelamento.
4-Cancelar uma quitação de recebimento	Auxiliar Administrativa e Caixa	Por terem a posse da chave do cofre e do caixa por todo o tempo de trabalho, poderão fazer a retirada do valor da venda e ocasionando futuros transtornos com o cliente que efetuou o pagamento.	A Gerente Financeira, analisando o motivo do cancelamento e acompanhando a baixa correta caso tenha sido um erro.
5-Alterar e Excluir pagamentos no sistema	Auxiliar Administrativa	Por ser ela que efetua os pagamentos, poderá alterar ou até excluir um pagamento para encobrir uma retirada indevida.	A Gerente Financeira, junto com o motivo da alteração ou exclusão do lançamento acompanhando sua baixa correta.
6-Conferir relatórios financeiros: Contas a Receber; Contas a Pagar, Cheques a	Auxiliar Administrativa	Por ser ela que efetua os pagamentos, e recebimentos de cobranças, cheques e cartão de crédito, poderá esconder algum erro na hora da conferência dos relatórios.	A Gerente Financeira, aproveitando a oportunidade para Prevenir ou Detectar alguma

Receber; Cartão de Crédito a Receber			irregularidade.
7-Emissão de Recibo para clientes	Caixa e Auxiliar Administrativa	Por serem responsáveis pelos recebimentos, poderão fazer um recibo para o cliente justificando não ter encontrado a primeira via da requisição, fazer a retirada do valor quitado, ocasionando futuros transtornos com o cliente que efetuou o pagamento e por não ter a posse da primeira via com sua assinatura em outra ocasião (caso tenha perdido o recibo) poderá ter que pagar novamente a requisição.	A gerente Financeira, entregando em mãos para o cliente e acompanhando a baixa no sistema do valor exato descrito no recibo.

Vale ressaltar que, os gestores aderiram a todas as sugestões feitas.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou avaliar os controles internos utilizados pela Alfa, uma empresa tributada pelo Lucro Real, atuante em Vilhena/RO desde 1997, e que nos últimos cinco anos sofreu com diferentes tipos de ações fraudulentas de funcionários. A empresa pesquisada forneceu todas as informações necessárias a respeito de seu sistema de controle interno, colaborando efetivamente com o desempenho da pesquisa.

Para atingir o objetivo geral, o presente estudo tratou de identificar os princípios de controle interno existentes na literatura atual, sendo explorados e apresentados os conceitos relacionados a controle interno, fraudes e auditoria contábil, bem como os aspectos relevantes sobre os requisitos e procedimentos para o desenvolvimento e avaliação de um sistema de controle interno eficiente.

O segundo objetivo da pesquisa foi levantar o sistema de controle interno adotado pela organização pesquisada, e com isso, foi possível perceber que os controles internos utilizados pela Alfa não estavam sendo utilizados corretamente, pois suas rotinas eram falhas e não conseguiam detectar de imediato erros e/ou fraudes.

O presente estudo buscou ainda apontar as fragilidades do sistema de controle interno adotado, demonstrando através de testes no sistema (*software*) da empresa e nas operações do setor financeiro situações que refletem “brechas” para manobras fraudulentas na empresa.

Outro objetivo alcançado na conclusão desse trabalho foi o de avaliar propostas de melhoria e/ou mudança no sistema de controle interno da organização em estudo, as quais foram apresentadas junto à alta administração da empresa pesquisada, em reunião onde foram expostos as principais falhas encontradas, juntamente com recomendações de mudanças nas rotinas, bem como na melhor segregação das funções dos setores-chave da organização. Tais sugestões de melhoria tiveram boa aceitação pelos gestores, os quais providenciaram a imediata implantação das rotinas sugeridas e segregação de funções dentro da organização.

Percebe-se ao final da presente pesquisa que o fator que contribuiu para ocorrência de tantas fraudes na empresa pesquisada foi a inexistência de uma correta segregação de funções nos setores-chave da empresa, principalmente no setor financeiro.

Recomenda-se, para fins de pesquisas futuras, que seja analisado um grupo de empresas do mesmo ramo, bem como que a avaliação dos controles internos seja efetuada não somente no setor financeiro, mas também em outros setores sujeitos a erros e manobras fraudulentas, efetuando testes e avaliando se detectam e previnem erros e fraudes.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. **Auditoria: Um Curso Moderno e Completo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução nº 1.203/2009**. Aprova a NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria. Brasília: CFC, 2009a.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução nº 1.207/2009**. Aprova a NBC TA 240 – Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis. Brasília: CFC, 2009b.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução nº 1.217/2009**. Aprova a NBC TA 500 – Evidência de Auditoria. Brasília: CFC, 2009c.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução nº 1.221/2009**. Aprova a NBC TA 520 – Procedimentos Analíticos. Brasília: CFC, 2009d.

CREPALDI, S. A. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

EMPRESÔMETRO. Perfil Empresarial Brasileiro. **Empresas Ativas por Cidade**. Disponível em: <<http://www.empresometro.com.br/Site/Estatisticas>>. Acesso em 17 Jul. 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAMLING, A. A.; RITTENBERG, L. E.; JOHNSTONE, K. M. **Auditoria**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

LONGO, C. G. **Manual de auditoria e revisão de demonstrações financeiras: novas normas brasileiras e internacionais de auditoria**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MIGLIAVACCA, P. N. **Controles Internos nas Organizações**. 2.ed. São Paulo: Edicta, 2004.

SANTOS, J. L. dos; SCHIMIDT, P.; GOMES, J. M. M. **Coleção resumos de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.